

# **A ATUAÇÃO DE MILITANTES CRISTÃOS NO ESPÍRITO SANTO E MEMÓRIAS DE REPRESSÃO A PARTIR DO DOPS (1970 – 1985)**

**ERILAINÉ RIBEIRO DA SILVA**

## **1 – MARCANDO TERRITÓRIOS**

Cenário ainda obscuro, composto por atos e atores diversos, o período da Ditadura civil Militar iniciado em 64, remonta memórias de acertos políticos e repressões, apoio e contestação. Nesse movimento, a Igreja Católica do Brasil se apresenta como um dos atores que caracteriza esse conjunto de repasses políticos onde os atos e opções iniciais, nem sempre podem ser referência para as cenas dos próximos capítulos.

A discussão do presente trabalho tem como foco a atuação de militantes cristãos católicos no Espírito e as memórias de repressão referentes ao período da Ditadura Civil militar (64 – 85). Neste contexto a Igreja capixaba em sintonia com a Igreja do Brasil e da América latina, desponta para posicionamentos políticos capazes de gerar desconfiança e alarde em setores responsáveis pela chamada manutenção da ordem.

Vinculada até 1895 à diocese de Niterói no Rio e Janeiro, a Igreja do Espírito Santo tem sua primeira diocese criada em 15.11.1895, e seu primeiro bispo foi Dom João Baptista Corrêa Nery. Somente em 1958 a diocese do Espírito Santo recebeu o título de Arquidiocese tendo como seu primeiro arcebispo D. João Batista da Motta e Albuquerque e agregando as dioceses de São Mateus e Cachoeiro de Itapemirim.

Marcando o início de aparelhos repressores em nosso estado, à partir do decreto de 27 de novembro de 1930, iniciou-se uma polícia voltada para a manutenção da ordem política e social no estado. Organizada entre os anos de 1930 e 1935 a Delegacia de Segurança Política e Social, teve como principal finalidade a vigilância sobre movimentos sociais-ideológicos de contestação ao governo de Getúlio Vargas, tendo como base o combate aos comunistas e nos anos de 30 à 40, direcionando seu foco para

a produção de documentos referentes ao movimento integralista já presente no Espírito Santo

Em meados da década de 30 observou-se a formação de delegacias especializadas, com atividades específicas, e à partir Decreto-lei estadual nº 16.230 de 14 de setembro de 1946, estas mesmas delegacias foram unificadas. A então Delegacia de Ordem Política e Social, juntamente com a Delegacia de Estrangeiros e a 1ª e 2ª Delegacias Auxiliares, deram origem a uma única Delegacia Especializada de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DEOPS/ES) – Constando em suas atribuições a manutenção da ordem política e social, a fiscalização de estrangeiros, fiscalização do comércio, do uso de explosivos, a fiscalização de embarques e desembarques de forma geral e outros.

## **2 – DIÁLOGO COM OS ATORES – ENSAIOS SOCIAIS E REPRESSÃO.**

A Igreja Católica do Brasil na década de 30 apresenta historicamente uma hierarquia ligada às oligarquias conservadoras, preocupadas em lutar contra as idéias esquerdistas, contra os protestantes, espíritas e contra a mentalidade laica que não se importava com a ausência de projetos pastorais que considerassem as realidades plurais do Brasil.

Com grande importância para a Igreja Católica, em 1935, ocorre a instituição da Ação Católica Brasileira que se caracterizava como uma grande escola de apostolado e militância cristã com formação de quadros. Num primeiro momento, ela aparece como um esforço em produzir valores cristãos, mas se caracteriza como um olhar da hierarquia para o campo político e social. De forma gradativa outras formas de atuação como a JOC (Juventude Operária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica) e outras de grande importância foram se desenvolvendo.

A partir de 1950 sob a influência de pensadores europeus e do Pe. Le Bret, a Ação Católica recebe nova orientação. O então Pe. Helder Câmara é nomeado assistente nacional e contribui para a inserção dos militantes na realidade social. A abordagem da realidade a partir do método “ver, julgar e agir” próprios da JOC se espalhou em todos os movimentos da Ação Católica e é ainda hoje o método chave de análise do apostolado leigo.

É válido ressaltar que após 1964, a dimensão político religiosa alargou as dimensões da Ação Católica e foi adquirindo outras proporções de forma particular a JUC e a JOC. Em 1966 os membros da JUC decidiram desvincular-se da hierarquia católica. Muitos deles foram para a Ação Popular criada em 1962 e a JOC continuou sua militância religiosa que posteriormente deu origem a Pastoral da Juventude ainda proposta como organização pastoral pela CNBB.

O jornal intitulado “Ferramenta” criado na década de 70 e direcionado a operários da arquidiocese de Vitória no ES, relata que a JOC começou a se organizar no estado em 1976 na região de Porto de Santana em Cariacica e que em 1982 com o Congresso nacional dos Trabalhadores a organização passou a ser mais conhecida.

Oriunda das discussões nacionais de organizações ligadas a Ação Católica e emergente da vontade de trabalhadores cristãos em 1974 surge a Pastoral Operária do Espírito Santo como uma resposta classista de uma igreja que alimentava o jeito de ser das Comunidades Eclesiais de Base. A Pastoral Operária juntamente com a Comissão Pastoral da Terra, que iniciou seus trabalhos no estado também em meados da década de 70, faziam um trabalho de base com trabalhadores dos setores urbano e rural, despertando a consciência classista e política nos mesmos.

No período da década de 70, as pastorais sociais presentes no Espírito Santo, de forma especial a JOC (Juventude Operária Católica), a PO (Pastoral Operária) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra), foram a base de trabalhadores que não tinham como se expressar, elas foram espaços geradores de lideranças no movimento operário, contribuíram para a organização de centrais sindicais como a CUT dentro do estado, e de forma especial, elas incentivaram militantes a se engajarem na política partidária, construindo e direcionando as lutas de partidos então denominados de esquerda como o Partido dos Trabalhadores.

A Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo apresenta pequenas mudanças estrutura e com o golpe militar, define seu papel como agente repressor que age em nome do estado. A lei estadual nº 719 de 07 de março 1953, subordinada à Secretaria do Interior e Justiça, tratava da organização da Polícia Civil do estado e em parte reproduziu o decreto-lei nº 16.230 com algumas modificações, dentre elas no que se refere as denominações das Delegacias Especializadas. A DEOPS passou então a ser

chamada de Delegacia da Ordem Política e Social (DOPS) com as mesmas funções da anterior.

A lei estadual nº 3.391 de 03 de dezembro de 1980 apresenta o DOPS como órgão da Polícia Civil subordinado à Superintendência de Investigação Especial. Entre os anos de 64 à 85, este departamento deu sustentabilidade ao Regime Militar, tendo como foco a contenção de qualquer movimento que se opusesse ao governo estabelecido. Em suma agia como os demais departamentos em escala federal, perseguindo ativistas sociais e políticos associados a ideologias comunistas.

A partir da redemocratização do país e término do regime militar, também no Espírito Santo, houve um esvaziamento das atividades do DOPS até sua completa extinção no início dos anos 90.

### **3 – ASSUMINDO PAPÉIS**

A atuação Política do catolicismo variou muito na História. O pensamento religioso interage com outras formas de pensamento, com outras propostas de organização social, político e cultural além de ser influenciado por outras realidades religiosas internacionais. A década de 60 foi marcada por grandes discussões políticas. A repercussão da revolução cubana, as mudanças que foram se inscrevendo em vários países latino americanos, além da chamada “aliança para o Progresso” lançada pelo presidente Kenned com o intuito de neutralizar as influências do comunismo e do movimento popular e trabalhista que crescia na América Latina, davam o tom de perplexidade que o contexto histórico apresentava.

A eleição do Papa João XXIII trouxe novas motivações e marcaram o rumo da Igreja na América Latina e no Brasil. O Concílio Vaticano II, convocado pelo papa em 1959, configura-se como um novo período para a História da Igreja Católica.

O Concílio Vaticano II, que aconteceu na Igreja Católica nos anos de 1962 à 1965, modificou substancialmente a cultura Católica e foi a base do grande pluralismo teológico presente na Igreja da América Latina.

Em seu terceiro documento intitulado a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (1965), o concílio declara que as alegrias e as esperanças, as tristezas e angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem são, também as alegrias e as angústias dos discípulos de Cristo. Ressalta que o gênero humano não só pode como deve fortalecer o seu domínio sobre as coisas criadas e salienta que a ele compete estabelecer uma organização política, social e econômica que com o tempo sirva melhor ao homem e ajude cada um e cada grupo a afirmar e cultivar sua própria identidade.

Diferentemente da Europa que nos anos de 1945 – 1970 viveu um processo de recuperação e de bem estar social, cultural e espiritual, a América Latina e o Brasil viveram um período de dependência e de desenvolvimento de lutas sociais que buscavam a ruptura.

É neste contexto social que a América Latina interpreta o Concílio Vaticano II, bem como a Conferência Episcopal Latino Americana em Medellín na Colômbia no ano de 1968. A Experiência de Medellín parte das realidades Históricas. Uma Igreja que ora apresentava o leigo como mero consumidor, o traz para o centro das discussões e o apresenta como ser que tem necessidade de libertação. Dessa experiência de fé nasce a Teologia da Libertação que reafirma a evangélica preferência da Igreja pelos pobres e se constitui como uma das maiores expressões teológicas da América Latina. A questão da pobreza, que permeia o milenar discurso católico, muda de foco: o pobre antes necessitado de ajuda agora se torna sujeito histórico e responsável por sua libertação. Diferentemente da teologia européia progressista, a Teologia da libertação parte da análise de uma América Latina dominada

Em pleno contexto do Concílio Vaticano II, o golpe proporcionou um momento político decisivo para a Igreja. A mobilização política ressaltava dois campos opostos. De um lado ficavam os conservadores religiosos e sociais, que censuravam os perigos de mudança e de outro estavam os militantes da antiga Ação Católica do Brasil, os padres radicais e a liderança da CNBB, que apoiara as reformas sociais de Goulart. O autor SERBIN, (2001) ressalta que bispos representantes dos dois lados entraram em conflito quando se reuniram no final de maio de 64 para escrever uma declaração sobre a revolução.

#### **4 – O DOPS E A CRUZ DA MILITÂNCIA CRISTÃ NO ESPÍRITO SANTO**

O autor LOWY (2007), chegou a ressaltar que a Igreja surgiu aos olhos da sociedade civil e até dos militares como o principal adversário do Estado autoritário e a configurou como um inimigo muito mais poderoso e radical que a oposição parlamentar apresentada pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro). A Assembléia Geral da arquidiocese de Vitória em 1982, retrata esse contexto em seu relatório final que definiu como prioridade pastoral a continuidade do trabalho de conscientização sócio-econômico e político, dando maior atenção a vida do trabalhador, incentivando a participação do povo na vida política, nos movimentos populares e partidos.

Diante da necessidade de uma nova linha de atuação política principalmente após o insucesso da luta armada, o movimento social no Brasil e também no estado do Espírito Santo protagonizava lideranças advindas de comunidades eclesiais de base e de pastorais populares que em sua mística, partilhavam a opção pelos pobres à luz de elementos fundamentais do marxismo.

A postura político religiosa adquirida pela Igreja, despertou o interesse dos responsáveis pelos aparelhos de repressão presentes no estado do Espírito Santo, à ponto de considerarem bispos e líderes religiosos das pastorais sociais verdadeiras ameaças à ordem estabelecida. Discursos feitos nas missas e reflexões coletivas de grupos de base eram armas poderosas na luta por abertura política e partidária.

A repressão presente na memória de muitos desses militantes cristãos, é um arquivo oral valioso para o estudo desse obscuro período de massacre à democracia, mas sabe-se que recuperar a história de repressão do período militar a partir de documentos oficiais que procuravam legalizá-lo é apresentar incontestáveis provas de perseguição e afronta aos direitos humanos e básicos de todo cidadão.

Após a extinção da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, através da lei estadual nº 4.573 de 1991, o governador do estado do Espírito Santo Albuíno da Cunha de Azeredo, direcionou para o Arquivo Público do estado (APEES), o acervo da extinta entidade. Atualmente aberto ao público e à disposição de pesquisadores, os documentos

oficiais do antigo DOPS do Espírito Santo, atestam a perseguição sofrida por militantes cristãos durante o período da ditadura civil militar.

Oficialmente arquivado, o pedido de busca confidencial do DOPS, de número 063/19 datado de 04 de julho de 1974, solicita maiores informações sobre o atual bispo da diocese, Dom João Batista da Mota e Albuquerque, e sobre propostas pastorais.

O pedido de busca 063/19, apresenta dados sobre Dom João da Silva da Motta e Albuquerque e o caracteriza como sendo da ala progressista da igreja Católica. Num segundo tópico o documento ressalta que ele é adepto de D. Helder Câmara e que subscreveu juntamente com outros 16 bispos, progressistas, brasileiros e estrangeiros um documento dirigindo palavras de encorajamento aos povos oprimidos, onde aborda problemas como a luta de classes e a guerra subversiva. O documento faz menção ao bispo identificando-o de forma explícita com as “esquerdas”.

Dando continuidade, o documento em questão solicita no segundo tópico informações sobre os Planos de Pastoral da Diocese, sobre a atuação do bispo e de padres que seguem a orientação do mesmo, sobre locais e processos de atuação, meios de comunicação utilizados (missas, jornais, panfletos, rádios e etc), ligações e apoio recebidos (recursos financeiros ou não, de cofres públicos ou não). O documento também solicita informações sobre cursilhos, comunidades de base e cursos que estejam sendo conduzidos com orientação política.

Esse documento que caracteriza a perseguição sofrida por militantes cristãos, é uma mostra das impressões digitais deixadas por um governo repressor que considerava subversiva toda e qualquer discussão política que contestasse a autoridade do mesmo. Ele é uma pequena mostra oficial e incontestável que reafirma o importante papel que os militantes cristãos do Espírito Santo tiveram na luta pela abertura política e redemocratização do país em nosso estado.

## 5 – CONCLUSÃO.

Importantes para o cenário político religioso capixaba, os militantes cristãos que atuaram política e religiosamente durante o período militar, são memórias vivas na história da luta pela redemocratização em nosso estado.

A importância da narração dos fatos políticos que percorreram o período militar se entrelaça com a importância de analisar documentos oficiais atestem a veracidade e precisão dos mesmos.

Conhecer o histórico político religioso de militantes cristãos e sua luta pela redemocratização do país à partir dos documentos do DOPS em nosso estado, é uma das formas de caracterizar um período de lutas de base, além de ser uma importante e incontestável contribuição que se dá a História Política do mesmo.

Observar e analisar o catolicismo brasileiro e capixaba bem como situá-lo em meio a hierarquias e às prósperas lutas de base, é encontrar uma Igreja literalmente em movimento e que merece ter sua História contada não só pela memória dos militantes que a direcionaram, mas também pelos documentos oficiais dos que tentaram reprimi-la.

## 6 – REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Paulo Nascimento. A luta Democrática contra o Regime Militar na década de 70. In: **O Golpe e a Ditadura Militar: 40 anos depois (1964-1985)**. REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; Motta, Rodrigo Patto Sá. (orgs). Bauru: EDUSC. 2004

*Arquivo da Pastoral Operária do Espírito Santo - Arquidiocese de Vitória, Vitória*

CARMO, Paulo Sérgio do. **O trabalho na Economia Global**. São Paulo: Moderna, 1998.

CNBB – **Brasil 500 anos de diálogo e esperança. Carta a Sociedade e às nossas comunidades**: documento da CNBB – 65. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2000.

COMPÊNDIO DO VATICANO II – **Constituições, decretos e declarações**. 3.ed. Petrópolis. Vozes. 1968.

*Departamento de Ordem Política e Social, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Apees/Dops-ES), ES*

DELGADO, Lucília de Almeida Neves: PASSOS, Mauro. **Catolicismo : direitos sociais e humanos (1960 – 1970)**. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O**

**Brasil Republicano**, vol. 4, O Tempo da ditadura – Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BETO, Frei. **Fidel e a Religião**: Conversas com frei Beto. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GUARESCH, Pedrinho. **Sociologia Crítica**: Alternativas de mudança. 60.ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

LOWY, Michel. Cristianismo da libertação e Marxismo: de 1960 a nossos dias. In: **História do Marxismo no Brasil**: partidos e organizações dos anos de 1920 aos 1960. RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). Campinas: Editora Unicamp, 2007.

LOWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo de libertação . In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). Revolução e democracia (1964). AS ESQUERDAS NO BRASIL .vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINEZ, Paulo. **Política, Ciência, Vivência e Trapaça**. 4.ed. São Paulo: Moderna, 1990.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 2.ed. São Paulo: Ched, 1980.

SERBIN, Kenneth P. Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura/ Kenneth P. Serbin; tradução Carlos Eduardo Lins da Silva. – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VEDOATO, Geovani Mariot. **Teologia, Teologia da libertação, Pluralismo Religioso**. Vitória: Flor e Cultura, 2008.